

28 de julho de 2014

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2014

Capital
fortemente reforçado e acima do exigido

- **Realização com sucesso do aumento de capital de 2.242 milhões de euros** (procura total de 2.734 milhões de euros) com o objetivo de permitir um reembolso de 2.250 milhões de euros de CoCos ao Estado Português *
- **Rácio *common equity tier I* pro forma ** de 12,5%** de acordo com os critérios *phased-in*
- **Rácio *common equity tier I* pro forma ** de 9,0%** de acordo com os critérios *fully-implemented*

Liquidez
confortável

- **Consistente manutenção da base de recursos de clientes**, com uma subida de 2,0% dos depósitos face a 30 de junho de 2013
- **Continuação da melhoria do *gap* comercial**: redução de 3,2 mil milhões de euros do *gap* comercial face a junho de 2013, com o **rácio de crédito líquido sobre depósitos (BdP) em 116%**, comparando favoravelmente com os **120% recomendados**, e o rácio de crédito líquido sobre recursos de balanço em **106%**
- **Redução da utilização do Banco Central Europeu** para 8,7 mil milhões de euros, com reembolso adicional de mil milhões de euros já no 2T14 para 8 mil milhões de euros da operação de financiamento a 3 anos (LTRO)

Rendibilidade
com consistente confirmação da tendência positiva

- **Resultado líquido consolidado de -62 milhões de euros** face aos -488 milhões de euros no 1S13, com **resultado líquido consolidado trimestral de -22 milhões de euros** que é o **melhor dos últimos 2 anos**
- **Contributo das operações internacionais (excluindo Roménia) para o resultado líquido consolidado de 99 milhões de euros, uma subida de 12,8%** face ao 1S13
- **Progressiva melhoria do produto bancário em todas as geografias**, com um crescimento de 40,5% face ao semestre homólogo, **impulsionados pela subida da margem financeira que registou o melhor trimestre desde a emissão dos CoCos em junho de 2012**
- **Redução dos custos operacionais em 3,2% no consolidado e 6,2% em Portugal** face ao 1S13
- **Novas entradas líquidas em NPL em Portugal no 1S14 diminuem 63,5% face ao 1S13, permitindo manter o objetivo da redução sustentada do custo do risco**, mas mantendo um elevado nível de provisionamento

* Dos quais 400 milhões de euros em maio e 1.850 milhões de euros a serem autorizados pelo Banco de Portugal no terceiro trimestre.

** Calculado tendo por base a interpretação conservadora da proposta de lei tornada pública em 12 de junho de 2014 relativa à reforma sobre os DTAs. Pro forma, incluí o aumento de capital de 2.242 milhões de euros, o reembolso de 1.850 milhões de euros de CoCos e a desconsoidação da operação na Roménia.

Direção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
joaogodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 jun.14	30 jun.13	Var. 14 / 13
Balanco			
Ativo total	80.440	83.944	-4,2%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	58.261	60.920	-4,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	63.976	63.881	0,1%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.915	52.122	-0,4%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.463	47.533	2,0%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	115%	122%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	116%	122%	
Resultados			
Resultado líquido	(62,2)	(488,2)	
Margem financeira	496,0	380,2	30,4%
Produto bancário	1.088,4	774,5	40,5%
Custos operacionais	576,7	596,1	-3,2%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	371,6	474,0	-21,6%
Outras imparidades e provisões	114,0	234,4	-51,4%
Impostos sobre lucros			
Correntes	62,5	35,9	
Diferidos	(60,3)	(165,8)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,7%	1,8%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	0,0%	-1,0%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	0,0%	-1,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-5,0%	-32,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	-0,5%	-31,5%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	9,4%	9,0%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	4,3%	3,4%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	11,9%	12,6%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	6,9%	7,3%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	73,1%	85,4%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	56,6%	76,5%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	62,4%	105,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	31,7%	43,0%	
Capital			
Rácio <i>common equity tier I</i> (CRD IV/CRR <i>phased-in</i>) ⁽⁶⁾	12,5%	-	
Rácio <i>common equity tier I</i> (CRD IV/CRR <i>fully-implemented</i>) ⁽⁶⁾	9,0%	-	
Rácio <i>core tier I</i> ⁽²⁾	-	12,5%	
Rácio de adequação de fundos próprios de base ⁽²⁾	-	11,9%	
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽²⁾	-	13,5%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	740	797	-7,2%
Atividade internacional	730	737	-0,9%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	8.351	8.744	-4,5%
Atividade internacional	10.054	10.048	0,1%

(1) Ajustado da relevação do Millennium bank na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos em operações em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui itens específicos: valia na alienação das participações relacionadas com o negócio de seguros não-vida (69,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2014), programa de reestruturação (-11,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2013) e alteração legislativa relacionada com o cálculo do subsídio por morte (7,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2013).

(6) Calculado tendo por base a interpretação conservadora da proposta de lei tornada pública em 12 de junho de 2014 relativa à reforma sobre os DTAs. Pro forma, inclui o aumento de capital de 2.242 milhões de euros, o reembolso de 1.850 milhões de euros de CoCos e a desconsolidação da operação na Roménia.

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao plano de reestruturação do Banco, nomeadamente a alienação a médio prazo da operação que o Millennium bcp detém na Roménia e a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, o Millennium bank na Roménia e a Millennium bcp Gestão de Activos foram enquadradas como operações em descontinuação, no decurso de 2013, sendo o impacto em resultados das suas operações apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas e em descontinuação”. Neste âmbito, e de acordo com a referida norma, a demonstração de resultados com referência a 30 de junho de 2013, foi reexpressa para efeitos comparativos. Ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos do Millennium bank na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2013.

Não obstante, e de forma a proporcionar uma melhor leitura da evolução da situação patrimonial do Grupo, para efeitos desta análise, alguns indicadores de balanço são apresentados em base comparável, ou seja, excluindo as operações em descontinuação - Millennium bank na Roménia e Millennium bcp Gestão de Activos.

RESULTADOS

O **resultado líquido** do Millennium bcp foi negativo em 62,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, comparando favoravelmente com o resultado líquido negativo de 488,2 milhões de euros relevado no primeiro semestre de 2013, beneficiando da tendência de recuperação da rentabilidade em Portugal e do aumento do contributo da atividade internacional, em linha com o Plano Estratégico definido.

O desempenho do resultado líquido do primeiro semestre de 2014 reflete, essencialmente, os seguintes impactos:

- A evolução favorável nas imparidades de crédito e nas outras imparidades e provisões que reduziram 31,4%, face ao período homólogo de 2013;
- A evolução favorável da margem financeira, quer em Portugal, quer na atividade internacional, aumentando 30,4% face ao período homólogo de 2013;
- Os ganhos em operações financeiras relacionados com dívida pública portuguesa;
- Os ganhos na alienação de participações financeiras relacionados com a alienação da totalidade das participações de 49% em entidades que operam exclusivamente no ramo de seguros Não-Vida.

A rentabilidade do Millennium bcp permanece influenciada pelos impactos negativos relacionados com os juros associados à emissão de instrumentos financeiros híbridos (-130,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2014), com a garantia prestada pelo Estado português a emissões de dívida do Banco e a contribuição do setor bancário e para os fundos de garantia/resolução (-43,5 milhões de euros) e com as operações de *liability management* levadas a cabo em 2011 (-79,1 milhões de euros). No primeiro semestre de 2014, o conjunto destes efeitos representou um impacto negativo na rentabilidade do semestre de 179,7 milhões de euros líquidos de imposto (-211,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2013).

O resultado líquido do primeiro semestre de 2014 foi condicionado pela atividade em Portugal, que apresentou ainda um resultado negativo. Contudo, quando comparada com o período homólogo de 2013, a atividade em Portugal evidencia uma melhoria de 404,2 milhões de euros, traduzindo a evolução positiva das imparidades, dos resultados em operações financeiras, da margem financeira e dos custos operacionais, materializando uma tendência de recuperação da rentabilidade em Portugal, em linha com o Plano Estratégico.

O resultado líquido associado à atividade internacional, excluindo as operações descontinuadas ou em descontinuação, evidenciou um crescimento de 12,8% no primeiro semestre de 2014 face ao montante relevado em igual período de 2013, potenciado pelo aumento da margem financeira no conjunto das geografias, beneficiando do desempenho alcançado na generalidade das operações internacionais, com destaque para as atividades desenvolvidas na Polónia, Angola e Moçambique.

A **margem financeira** alcançou 496,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, um aumento de 30,4% face aos 380,2 milhões de euros em igual período de 2013, determinada pela evolução favorável da margem financeira em Portugal, influenciada pela redução do custo dos depósitos de clientes, e também pela evolução favorável da margem financeira nas atividades internacionais, proveniente do efeito preço no custo dos depósitos de clientes e do efeito volume nos créditos a clientes.

O comportamento da margem financeira, entre o primeiro semestre de 2013 e o de 2014, beneficiou do efeito preço resultante da redução do custo dos depósitos observado em Portugal, em linha com o objetivo de melhoria da margem dos depósitos previsto no Plano Estratégico. No primeiro semestre de 2014, a taxa dos depósitos a prazo em Portugal diminuiu 70 pontos base face ao período homólogo de 2013.

Este efeito positivo mais do que compensou o impacto desfavorável do volume de negócios, refletindo a retração da procura de crédito face ao semestre homólogo de 2013, não obstante o Banco ter prosseguido na implementação de iniciativas enfocadas na dinamização da concessão de crédito aos projetos economicamente viáveis.

A margem financeira da atividade internacional aumentou 20,7% no primeiro semestre de 2014 face a igual período de 2013, traduzindo a redução do custo dos depósitos de clientes e o aumento do volume de créditos a clientes, suportado pelas operações na Polónia, Angola e Moçambique. No primeiro semestre de 2014, a taxa dos depósitos a prazo na atividade internacional diminuiu 83 pontos base, face ao período homólogo de 2013, essencialmente influenciada pelo desempenho observado na Polónia.

A taxa de margem financeira dos seis primeiros meses de 2014 situou-se em 1,37%, que compara com 1,00% em igual período de 2013.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 jun.14		30 jun.13	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.463	1,09	4.563	1,45
Ativos financeiros	12.790	3,43	13.316	3,48
Créditos a clientes	55.707	3,84	57.840	3,96
Ativos geradores de juros	71.960	3,64	75.719	3,72
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	434		3.302	
Ativos não geradores de juros	9.436		9.123	
	81.830		88.144	
Depósitos de instituições de crédito	12.750	0,72	14.542	1,11
Depósitos de clientes	48.271	1,75	46.441	2,37
Dívida emitida	9.878	3,78	12.693	3,71
Passivos subordinados	4.244	7,61	4.328	7,61
Passivos geradores de juros	75.143	2,17	78.004	2,64
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	354		3.455	
Passivos não geradores de juros	2.977		2.834	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	3.356		3.851	
	81.830		88.144	
Taxa de margem financeira		1,37		1,00

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2014 e 2013, à respetiva rubrica de balanço.

(1) Inclui a atividade da subsidiária na Grécia, na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** totalizaram 341,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, um aumento de 2,5% face ao período homólogo de 2013, determinado pela atividade internacional ao registar um crescimento de 7,0%.

A evolução das comissões líquidas, no primeiro semestre de 2014, reflete:

- O aumento das comissões relacionadas com os mercados financeiros (+19,5%), quer ao nível das operações sobre títulos, quer da gestão de ativos, potenciado pelos crescimentos de 28,8% na atividade em Portugal e de 11,5% na atividade internacional;
- A diminuição das comissões associadas ao negócio bancário (-1,2%), em particular na atividade em Portugal, refletindo o efeito desfavorável induzido pelas alterações legislativas relacionadas com o comissionamento das contas a descoberto, não obstante o efeito favorável da redução do custo com a garantia do Estado e o aumento de 5,2% relevado na atividade internacional.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 175,2 milhões de euros no consolidado no primeiro semestre de 2014, que comparam com os 53,1 milhões de euros relevados no primeiro semestre de 2013.

A evolução positiva dos resultados em operações financeiras foi determinada pela atividade em Portugal, destacando-se, face ao período homólogo de 2013, o impacto favorável relacionado com os maiores proveitos associados a títulos de dívida pública portuguesa (+81,8 milhões de euros) e ao efeito da venda de créditos que acumulou 18,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, face a -53,6 milhões de euros no semestre homólogo de 2013.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de 55,0 milhões de euros, no primeiro semestre de 2013, para 43,5 milhões de euros, em igual período de 2014, condicionados principalmente pelo desempenho de operações de *trading* de derivados desenvolvidas na Polónia e de operações cambiais realizadas em Angola e Moçambique.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 jun. 14	30 jun. 13	Var. 14/13
Comissões líquidas	341,2	332,9	2,5%
Comissões bancárias	270,6	273,8	-1,2%
Cartões e transferências de valores	96,5	88,1	9,5%
Crédito e garantias	79,9	74,6	7,1%
Bancassurance	36,6	36,7	-0,2%
Contas	38,8	62,9	-38,3%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	(16,4)	(35,4)	-
Outras comissões	35,2	46,9	-24,9%
Comissões relacionadas com mercados	70,6	59,1	19,5%
Operações sobre títulos	50,9	42,9	18,6%
Gestão de ativos	19,7	16,2	21,8%
Resultados em operações financeiras	175,2	53,1	-
Outros proveitos de exploração líquidos	47,4	(23,8)	-
Rendimentos de instrumentos de capital	5,7	1,5	-
Resultados por equivalência patrimonial	23,0	30,6	-25,0%
Total de outros proveitos líquidos	592,5	394,3	50,3%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	54,4%	50,9%	

Os **outros proveitos de exploração líquidos** atingiram 47,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, que comparam com perdas líquidas de 23,8 milhões de euros em igual período de 2013. A evolução dos outros proveitos de exploração líquidos foi influenciada pela contabilização de uma mais-valia de 69,4 milhões de euros relacionada com a alienação da totalidade das participações de 49% em entidades que operam exclusivamente no ramo de seguros Não-Vida. Esta rubrica inclui na atividade em Portugal as contribuições do

setor bancário e para o fundo de resolução, ambas instituídas em 2013, bem como para o fundo de garantia de depósitos.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, e os **resultados por equivalência patrimonial**, incorporam sobretudo a apropriação de resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, ascenderam, no seu conjunto, a 28,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, que comparam com 32,1 milhões de euros em igual período de 2013.

Os **custos operacionais** reduziram 3,2%, para 576,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, face aos 596,1 milhões de euros relevados no período homólogo de 2013, repercutindo os esforços continuados de obtenção de poupanças em Portugal, em linha com os objetivos delineados no Plano Estratégico.

Na atividade em Portugal, excluindo o efeito dos itens específicos, conforme discriminado no quadro em baixo, os custos operacionais do primeiro semestre de 2014 diminuíram 5,2% face ao semestre homólogo de 2013, induzidos pelos menores níveis de outros gastos administrativos (-7,1%), materializando o impacto das iniciativas de racionalização e contenção de custos que foram encetadas, bem como pelos menores custos com o pessoal (-3,9%), refletindo a diminuição observada do número de colaboradores.

Na atividade internacional, os custos operacionais aumentaram face ao primeiro semestre de 2013 (+1,7%), traduzindo um acréscimo nas despesas com publicidade na Polónia e o impacto dos planos de expansão em curso nas subsidiárias de Angola e Moçambique.

CUSTOS OPERACIONAIS

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 jun. 14	30 jun. 13	Var. 14/13
Custos com o pessoal	323,4	332,8	-2,8%
Outros gastos administrativos	221,5	226,1	-2,1%
Amortizações do exercício	31,8	33,3	-4,5%
Subtotal ⁽¹⁾	576,7	592,3	-2,6%
Itens específicos			
Programa de reestruturação	-	11,2	
Alteração legislativa relacionada com subsídio por morte	-	(7,5)	
Custos operacionais	576,7	596,1	-3,2%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	351,1	370,6	-5,2%
Atividade internacional	225,6	221,7	1,7%

⁽¹⁾ Exclui o impacto dos itens específicos apresentados na tabela.

Os **custos com o pessoal** situaram-se em 323,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, refletindo uma redução de 2,8% face ao período homólogo de 2013, excluindo o efeito dos itens específicos descritos na tabela anterior. Este desempenho incorpora a evolução da atividade em Portugal (-3,9%), cujo número de colaboradores é inferior em 393 face ao semestre homólogo de 2013, bem como a diminuição de 0,7% apurada na atividade internacional, refletindo o esforço de racionalização e otimização de recursos.

Os **outros gastos administrativos** reduziram 2,1%, cifrando-se em 221,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, face aos 226,1 milhões de euros relevados no período homólogo de 2013, induzidos pela racionalização e contenção de custos em Portugal, incluindo o redimensionamento da rede de distribuição (-57 sucursais face a 30 de junho de 2013), no âmbito do plano de reestruturação em curso, não obstante o aumento observado na atividade internacional (+4,7%).

A evolução dos outros gastos administrativos beneficiou da diminuição de 7,1% na atividade em Portugal, face ao período homólogo de 2013, consubstanciando as poupanças obtidas na generalidade das rubricas, sobretudo em rendas e alugueres, estudos e consultas, comunicações e *outsourcing* e trabalho independente, apesar do aumento de 4,7% observado na atividade internacional, decorrente sobretudo do aumento em publicidade no âmbito de iniciativas relacionadas com a divulgação de oferta comercial na Polónia.

As **amortizações do exercício** totalizaram 31,8 milhões de euros, diminuindo 4,5% face ao semestre homólogo de 2013, em resultado do decréscimo apurado na atividade em Portugal (-8,5%), beneficiando da redução das amortizações relacionadas com equipamentos, decorrente sobretudo do gradual termo do período de amortização dos correspondentes investimentos.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício situaram-se ao mesmo nível, dado que os aumentos apurados nas subsidiárias em Moçambique e Angola foram praticamente compensados pela redução verificada no Bank Millennium na Polónia.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 371,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, que compara com os 474,0 milhões de euros relevados no período homólogo de 2013.

Em Portugal, a imparidade do crédito diminuiu 24,8%, repercutindo positivamente o efeito da prossecução do enfoque na monitorização dos mecanismos de controlo e gestão do risco, e, negativamente, a persistência de uma conjuntura económica desfavorável, com impacto na deterioração da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais. Na atividade internacional, o aumento de 18,7% foi determinado pelo maior nível de dotações no Bank Millennium na Polónia.

O custo do risco, excluindo as operações descontinuadas ou em descontinuação, situou-se em 128 pontos base, que compara com 156 pontos base apurados no primeiro semestre de 2013, traduzindo um abrandamento no ritmo de dotações face ao semestre homólogo de 2013, essencialmente na atividade em Portugal, em linha com o definido no Plano Estratégico.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 114,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, que comparam com os 234,4 milhões de euros apurados no período homólogo de 2013. Este comportamento evidencia sobretudo a redução de provisões relacionadas com outros riscos e encargos, nas quais se relevava no primeiro semestre de 2013 a dotação de 80,0 milhões de euros relacionada com a subscrição de ações ordinárias do Piraeus Bank, no âmbito do processo de venda do Millennium bank na Grécia. Acresce a redução de provisões relacionadas com garantias e outros compromissos e a redução de imparidades para outros ativos não correntes detidos para venda, não obstante o aumento do nível de imparidade de outros ativos financeiros.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** cifraram-se em 2,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, que comparam com os -129,8 milhões de euros relevados no período homólogo de 2013. Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 62,5 milhões de euros (35,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2013) e o réditos por impostos diferidos no montante de 60,3 milhões de euros (165,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2013).

BALANÇO

O **ativo total** situou-se nos 80.440 milhões de euros em 30 de junho de 2014 (83.944 milhões de euros em 30 de junho de 2013), que compara com 82.007 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, repercutindo os efeitos da contração da carteira de crédito em Portugal e da redução da rubrica caixa e disponibilidades em bancos centrais, apenas parcialmente compensados pelos aumentos registados nas carteiras de ativos financeiros.

O **crédito a clientes** (bruto) situou-se em 58.712 milhões de euros em 30 de junho de 2014, que compara com 61.401 milhões de euros relevados em igual data de 2013.

Excluindo o efeito da carteira de crédito associado à operação desenvolvida na Roménia, classificada como operação em descontinuação, o crédito a clientes diminuiu 4,4% face ao final de junho de 2013, refletindo o impacto da menor procura de crédito, não obstante a evolução favorável da atividade económica observada ao longo do primeiro semestre de 2014.

A evolução da carteira de crédito traduz o desempenho da atividade em Portugal (-7,6%), enquanto na atividade internacional, excluindo o impacto das operações em descontinuação, registou-se um crescimento de 9,0% face ao final de junho de 2013, refletindo os aumentos relevados pelas subsidiárias na Polónia, em Angola

e em Moçambique. Face a 31 de dezembro de 2013, o crédito a clientes diminuiu 2,5%, influenciado pela atividade em Portugal (-4,4%), não obstante o aumento apurado na atividade internacional (+4,7%).

O comportamento da carteira de crédito a clientes, face a 30 de junho de 2013, traduz a contração do crédito a empresas (-6,7%) e a particulares (-2,0%), influenciada pelo desempenho da atividade em Portugal. Com efeito, a diminuição do crédito face ao final de junho de 2013, repercute o prosseguimento do processo de ajustamento dos níveis de endividamento das famílias e empresas, a par do reduzido investimento privado e consequentemente da menor procura por crédito. Quando comparado com 31 de dezembro de 2013, o crédito da atividade em Portugal evidencia diminuições de 6,6% no crédito a empresas e 1,8% no crédito a particulares.

Neste âmbito, não obstante a manutenção de critérios de seletividade rigorosos na avaliação do risco de crédito, o Millennium bcp continuou a apoiar as empresas portuguesas em diversos setores económicos (Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Serviços), nomeadamente no suporte a processos de crescimento, modernização e de reforço da capacidade competitiva, promovendo um conjunto de iniciativas, com destaque para a dinamização da concessão de crédito protocolado, sobretudo nas linhas de apoio às PME.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos e equilibrados de diversificação, entre os finais de junho de 2013 e de 2014, com o crédito a empresas a situar-se próximo dos 50% do crédito total concedido, à data de 30 de junho de 2014.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 jun. 14	30 jun. 13	Var. 14/13
Particulares	29.617	30.226	-2,0%
Hipotecário	26.043	26.671	-2,4%
Consumo	3.574	3.555	0,5%
Empresas	28.643	30.694	-6,7%
Serviços	11.857	12.502	-5,2%
Comércio	3.443	3.253	5,8%
Construção	4.050	5.027	-19,4%
Outros	9.293	9.912	-6,2%
Subtotal	58.261	60.920	-4,4%
Operações em descontinuação	452	481	
Total	58.712	61.401	-4,4%
do qual ⁽¹⁾ :			
Atividade em Portugal	45.195	48.932	-7,6%
Atividade internacional	13.066	11.988	9,0%

(1) Exclui impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia).

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, ajustado do efeito das operações em descontinuação, fixou-se em 7,3%, em 30 de junho de 2014, comparando com 7,1% apurados em 31 de dezembro de 2013 (6,7% em 30 de junho de 2013) e traduzindo essencialmente o desempenho ao nível da carteira de crédito a empresas, como resultado da manutenção de um quadro de incerteza e recuperação lenta da economia portuguesa, ainda com reflexo na materialização do risco de crédito.

Considerando o efeito das operações classificadas como operações em descontinuação, o rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 73,1%, em 30 de junho de 2014, que compara com 80,1% no final de 2013 (85,4% em 30 de junho de 2013), e o rácio de cobertura do total da carteira de crédito vencido por imparidades fixou-se em 70,3% em 30 de junho de 2014, que compara com 77,8% em 31 de dezembro de 2013 (79,8% em 30 de junho de 2013).

O crédito com incumprimento situou-se em 9,4% do crédito total, em 30 de junho de 2014, que compara com 9,2% em 31 de dezembro de 2013 (9,0% em 30 de junho de 2013), e o crédito em risco situou-se em 11,9% do

crédito total, em 30 de junho de 2014, que compara com 11,9% no final de 2013 (12,6% em 30 de junho de 2013). Em 30 de junho de 2014, o crédito reestruturado fixou-se em 11,2% do crédito total (9,5% em 31 de dezembro de 2013) e o crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se em 7,3% do crédito total, em 30 de junho de 2014 (6,4% em 31 de dezembro de 2013).

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2014

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	869	719	2,9%	82,7%
Hipotecário	248	283	1,0%	114,1%
Consumo	621	436	17,4%	70,2%
Empresas	3.367	2.377	11,8%	70,6%
Serviços	1.112	861	9,4%	77,4%
Comércio	415	276	12,1%	66,5%
Construção	1.181	642	29,2%	54,4%
Outros	659	598	7,1%	90,8%
Subtotal ⁽¹⁾	4.235	3.096	7,3%	73,1%
Operações em descontinuação	53	69	11,8%	129,6%
Total	4.289	3.165	7,3%	73,8%

(1) Ajustado dos impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia).

Os **recursos totais de clientes**, excluindo o efeito anteriormente mencionado relacionado com as operações em descontinuação, situaram-se em 63.976 milhões de euros, que comparam com 63.881 milhões de euros em 30 de junho de 2013, evolução que traduz fundamentalmente o aumento registado em ativos sob gestão em Portugal e o esforço de captação de depósitos nas operações internacionais.

Os recursos totais de clientes no final do primeiro semestre de 2014, excluindo as operações em descontinuação, ficaram ao nível do valor registado no primeiro semestre de 2013 (+0,1%) e consubstanciam um comportamento favorável:

- Dos depósitos de clientes, que, aumentando 2,0% face a igual data em 2013, proporcionaram a redução do *gap* comercial, bem como a melhoria do rácio de transformação, que reduziu para 116% em 30 de junho de 2014;
- Dos ativos sob gestão, que aumentaram 12,3% face a 30 de junho de 2013.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes totalizaram 47.682 milhões de euros, em 30 de junho de 2014 (48.754 milhões de euros no final de junho de 2013), sendo de realçar a tendência acima referida, que se traduziu no crescimento dos ativos sob gestão de 14,8%, não obstante a queda nos depósitos de clientes em 0,3% e a redução em 3,3% dos recursos de balanço face ao final do primeiro semestre de 2013.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes subiram para 16.293 milhões de euros em 30 de junho de 2014 (+7,7% face a 30 de junho de 2013), potenciados pelos crescimentos dos recursos de balanço e dos recursos fora de balanço de clientes, como resultado dos desempenhos favoráveis alcançados nas operações no exterior, com destaque para as desenvolvidas na Polónia, em Angola, na Suíça e em Moçambique, excluindo o efeito cambial da desvalorização do metical face ao euro, materializando o enfoque na captação de recursos de clientes nestes mercados.

Em 30 de junho de 2014, excluindo operações em descontinuação, os recursos de balanço de clientes representavam 81% dos recursos totais de clientes, com especial destaque para a componente de depósitos de clientes, que aumentou o seu peso nos recursos totais de clientes para 76% no final de junho de 2014 (74% em 30 de junho de 2013).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 jun. 14	30 jun. 13	Var. 14/13
Recursos de balanço de clientes	51.915	52.122	-0,4%
Depósitos de clientes	48.463	47.533	2,0%
Débitos para com clientes titulados	3.451	4.590	-24,8%
Recursos fora de balanço de clientes	12.061	11.759	2,6%
Ativos sob gestão	3.463	3.085	12,3%
Produtos de capitalização	8.597	8.674	-0,9%
Subtotal	63.976	63.881	0,1%
Operações em descontinuação	1.897	1.636	
Total	65.872	65.517	0,5%
dos quais ⁽¹⁾ :			
Atividade em Portugal	47.682	48.754	-2,2%
Atividade internacional	16.293	15.128	7,7%

(1) Exclui impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos).

A **carteira de títulos** situou-se em 14.757 milhões de euros em 30 de junho de 2014, que compara com os 15.235 milhões de euros apurados em igual data de 2013, representando 18,3% do ativo total em 30 de junho de 2014, sensivelmente ao mesmo nível de 30 de junho de 2013 (18,1% do ativo total).

A evolução da carteira de títulos reflete a diminuição do saldo de ativos financeiros detidos até à maturidade, a par do saldo de ativos financeiros detidos para negociação, influenciada pela redução de títulos de dívida de emissores públicos.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No segundo trimestre de 2014, o Banco prosseguiu a execução do Plano Anual de Liquidez, assente no controlo das necessidades de financiamento, numa gestão ativa e otimizada do colateral elegível para desconto no Banco Central Europeu (BCE) e no acompanhamento e aproveitamento das oportunidades reveladas pelo mercado de *wholesale funding*.

Até 30 de junho de 2014, os depósitos de clientes evoluíram favoravelmente face ao valor apurado em 30 de junho de 2013 contribuindo para uma redução adicional e sustentada do *gap* comercial.

No que respeita à estrutura de financiamento, o Banco procedeu ao reembolso de 2,1 mil milhões de euros de dívida de médio-longo prazo (dos quais 2,0 mil milhões no segundo trimestre, de um total de 3,4 mil milhões previsto para 2014), incluindo em maio a amortização antecipada de 400 milhões de euros de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português (CoCos). Por outro lado, as condições de mercado permitiram antecipar para fevereiro o regresso do Banco ao mercado de *wholesale funding*, através de uma emissão de dívida sénior de 500 milhões de euros a três anos, prevista apenas para o terceiro trimestre de 2014. Cumprindo uma outra orientação definida no Plano de Liquidez, o Banco prosseguiu o esforço de diversificação das fontes de financiamento, em particular através do recurso acrescido a empréstimos de curto-prazo contratados com instituições financeiras internacionais e colateralizados por títulos, cujo saldo aumentou 1,0 mil milhões de euros no segundo trimestre, para 1,5 mil milhões de euros.

A gestão ativa e otimizada dos ativos elegíveis junto do Eurosistema incluiu, ainda no primeiro trimestre, as seguintes iniciativas: cancelamento de duas operações de securitização com reafecção dos ativos subjacentes à *pool* de política monetária sob a forma de direitos de crédito adicionais; implementação de um novo mecanismo de seleção de empréstimos bancários, permitindo um reforço dos ativos elegíveis na *pool* e ajustamento dos termos e condições de uma emissão de obrigações hipotecárias retida em balanço, com o aumento da liquidez potencial por esta gerada; já no segundo trimestre, aceitação pelo Banco de Portugal de modelos IRB aplicáveis a carteiras de crédito, com consequente redução dos *haircuts* aplicáveis.

Não obstante o reembolso de 2,1 mil milhões de euros de dívida de médio-longo prazo e de algum crescimento da carteira de títulos no primeiro semestre de 2014, foi possível reduzir em 1,4 mil milhões de euros (dos quais 0,6 mil milhões no segundo trimestre) o financiamento líquido junto do BCE (de 10,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 para 8,7 mil milhões de euros em 30 de junho de 2014), em razão da redução sustentada do *gap* comercial do Banco, da emissão de dívida sénior e do recurso a outras fontes de financiamento. Paralelamente, a gestão otimizada contínua dos ativos elegíveis (com saldo total de 18,6 mil milhões de euros) proporcionou a manutenção de um confortável *buffer* de liquidez de 10,0 mil milhões de euros, mesmo após amortização antecipada de emissões próprias com garantia do Estado no valor de 2,0 mil milhões de euros (1,8 mil milhões de euros após *haircuts*).

A redução do financiamento líquido junto do BCE no primeiro semestre de 2014, acima referida, envolveu a amortização junto do Eurosistema de tranches adicionais no valor de 3 mil milhões de euros (dos quais 2 mil milhões de euros no segundo trimestre, de um total inicial de 12 mil milhões de euros) tomadas no âmbito das operações de cedência de liquidez a médio-prazo do BCE, reduzindo o seu saldo para 8 mil milhões de euros e permitindo uma maior flexibilidade para tomadas de fundos a curto prazo e assim uma mais eficiente gestão de tesouraria.

CAPITAL

Em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (*Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation - CRD IV/CRR*), que estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados, em paralelo com o estabelecimento de rácios mínimos, incluindo uma reserva de conservação de fundos próprios, de 7% para os fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier I - CETI), 8,5% para os fundos próprios de nível 1 (Tier I - TI) e de 10,5% para o rácio total. A CRD IV/CRR estipula também um período transitório (*phased-in*) em que as instituições poderão acomodar os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer da observância dos rácios mínimos de capital.

Não obstante, o Banco de Portugal, através do Aviso n.º 6/2013 de 23 de dezembro, estipulou a obrigatoriedade de assegurar a manutenção, em permanência, de um rácio CETI não inferior a 7%, determinando, sempre que tal não se verifique, a adoção de medidas de conservação de fundos próprios.

De acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, os rácios CETI estimados em 30 de junho de 2014 atingiram 12,5% pelas normas do *phased-in* aumentando 60 pontos base face aos 11,9% reportados em março de 2014. O rácio CETI *fully implemented* situou-se em 9,0%, sendo superior em 57 pontos básicos ao rácio de 8,4% referente ao final do trimestre anterior (valores *proforma* considerando os impactos associados ao aumento de capital de 2.242 milhões de euros concretizado em julho de 2014, ao reembolso de 1.850 milhões de euros de CoCos e à alienação da subsidiária na Roménia, nos rácios de junho, e assumindo a interpretação conservadora da legislação sobre o tratamento prudencial dos impostos diferidos ativos em ambos os períodos).

A evolução *proforma* destes rácios reflete fundamentalmente os impactos positivos do aumento de capital, da alienação das participações do Banco no negócio Não-Vida da Millenniumbcp Ageas, concluída em junho, e na subsidiária na Roménia, e a realização de uma nova operação de titularização de créditos em junho, não obstante os efeitos desfavoráveis do reembolso da primeira tranche dos CoCos no valor de 400 milhões de euros, efetuada em maio, e do montante adicional de 1.850 milhões de euros.

Os rácios CETI estimados em conformidade com a CRD IV/CRR comparam desfavoravelmente com o rácio core tier I do Banco de Portugal devido sobretudo ao impacto das deduções que incidem adicionalmente sobre o CETI relativamente ao diferencial de imparidade face às perdas esperadas, aos interesses minoritários, ao corredor do fundo de pensões, aos investimentos financeiros e aos impostos diferidos, por um lado, e ao agravamento dos riscos ponderados associado aos impostos diferidos e aos investimentos financeiros não deduzidos ao CETI, apesar do tratamento mais favorável de que beneficiam as exposições da carteira de crédito a pequenas e médias empresas, por outro.

Em 22 de julho de 2013, a EBA emitiu uma Recomendação que estabelece a preservação, em valor absoluto, do capital necessário ao cumprimento do rácio mínimo de 9% anteriormente previsto, com referência aos requisitos de capital de 30 de junho de 2012, incluindo o mesmo *buffer* de capital para exposições com risco soberano, de forma a garantir uma adequada transição para os requisitos mínimos de capital impostos pela CRD IV/CRR.

Esta Recomendação prevê algumas exceções, nomeadamente para as instituições envolvidas em processos de reestruturação e de desalavancagem gradual ordenada, relativamente às quais o capital nominal mínimo poderá ser fixado com referência aos requisitos de capital apurados numa data de referência posterior, mediante solicitação que as instituições promovam junto do Banco de Portugal e para a qual obtenham a devida autorização. Neste âmbito, o Millennium bcp, em devido tempo, efetuou esta solicitação e, em maio de 2014, o Banco de Portugal aprovou o pedido de dispensa do cumprimento do montante de capital core tier I previsto, tendo em conta o programa de desalavancagem e plano de reestruturação em curso no Banco.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR) ^(*)	Milhões de euros			
	Phased-in		Fully implemented	
	30 jun. 14	31 mar. 14	30 jun. 14	31 mar. 14
Fundos próprios				
Common equity tier I (CETI)	5.462	5.460	3.858	3.800
Tier I adicional	5.462	5.460	3.909	3.850
Total	6.146	6.013	4.454	4.370
Riscos ponderados	43.773	45.968	43.100	45.326
Rácios de solvabilidade				
CET I	12,5%	11,9%	9,0%	8,4%
Tier I	12,5%	11,9%	9,1%	8,5%
Total	14,0%	13,1%	10,3%	9,6%
Rácio Core Tier I (Basileia II / Banco de Portugal) ^(*)			14,5%	13,9%

^(*) Estimativa; valores proforma considerando os impactos associados ao aumento de capital de 2.242 milhões de euros concretizado em julho de 2014, ao reembolso de 1.850 milhões de Euros de CoCos e à alienação da subsidiária na Roménia, nos rácios de junho, e assumindo também, apenas no que se refere aos rácios calculados em conformidade com a CRD IV/CRR, a interpretação conservadora da legislação sobre o tratamento prudencial dos impostos diferidos ativos em ambos os períodos.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

O reforço da posição de capital do Banco por via de um aumento de capital de 2,24 mil milhões de euros, a realização das operações de venda da totalidade das participações de 49% em entidades que operam exclusivamente no ramo de seguros Não-Vida e a conclusão de uma operação de titularização de créditos, inserem-se na execução do Plano Estratégico do Banco e permitem acelerar significativamente o calendário do reembolso dos Instrumentos de Capital Híbrido subscritos pelo Estado (CoCos), o que a par da realização da Assembleia Geral Anual do Banco Comercial Português constituíram os acontecimentos mais significativos na atividade do Banco, no segundo trimestre de 2014. Merecem destaque neste período:

- Conclusão, já em julho, do aumento de capital social, compreendendo a emissão de 34.487.542.355 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de 0,065 euros, oferecidas à subscrição dos acionistas do Banco, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência, na sequência do anúncio realizado em 24 de junho, deste modo, o capital social do Millennium bcp é atualmente de 3.706.690.253,08 euros, representado por 54.194.709.415 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal;
- Acordo com o Grupo segurador internacional Ageas para uma reformulação parcial dos acordos de cooperação estratégica estabelecidos em 2004, incluindo a venda da totalidade das participações de 49% detidas nas entidades que operam exclusivamente no ramo Não-Vida, i.e., “Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.” e na “Médicis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.”, com sujeição às necessárias autorizações regulamentares das autoridades competentes, por um preço base de 122,5 milhões de euros, sujeito a ajustamento dependente da performance evidenciada no médio prazo;
- Conclusão de uma nova operação de titularização de créditos de 1.000 milhões de euros (“Caravela SME No.4”), incluindo uma carteira de contratos de *leasing* de empresas e empresários em nome individual;
- Reembolso ao Estado Português de 400 milhões de euros de CoCos após ter obtido do Banco de Portugal a devida autorização, na sequência de análise efetuada à evolução dos rácios de capital do Banco;
- Realização da Assembleia Geral de Acionistas no dia 30 de maio, tendo estado representados acionistas detentores de 45,48% do capital social. De entre as principais deliberações tomadas na Assembleia Geral destacam-se a aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2013, a transferência do resultado líquido negativo apurado no balanço individual para “resultados transitados”, a eleição do Revisor Oficial de Contas e do seu suplente para o triénio 2014/2016, a eleição do Auditor Externo do Banco, para o triénio 2014/2016, a aprovação da proposta sobre a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo e a aprovação da proposta de reformulação das rubricas do capital próprio, mediante redução de capital social;
- Realização em 7 de maio em Leiria de mais uma edição das “Jornadas Millennium Empresas”;
- Inauguração pelo Millennium bim em 16 de maio das suas novas instalações em Maputo;
- Associação da American Express à Ajuda de Berço, tendo iniciado uma campanha multimeios, através da qual é dada a oportunidade aos titulares dos seus cartões, emitidos pelo Millennium bcp, de ajudarem as crianças apoiadas por aquela instituição;
- Participação de Voluntários Millennium na campanha de recolha de alimentos promovida pelo Banco Alimentar, em 1 de junho, por todo o país;
- Atribuição do Prémio Boas Práticas de Responsabilidade Social, na vertente de Responsabilidade Social Externa, atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers;
- Classificação do ActivoBank em 1.º lugar no ranking Marktest Reputation Index 2014, na categoria Banca Online;
- Atribuição pela quinta vez consecutiva do prémio “Melhor Banco de Moçambique 2014” pela revista Global Finance;
- Já em julho, revisão em alta pela Agência Fitch Ratings da notação de Viability de “b” para “bb” e a Standard & Poor’s colocou a notação de rating de contraparte de longo prazo do BCP em CreditWatch com implicações positivas.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com o FMI, o crescimento da atividade global tem vindo a consolidar-se, previsivelmente para 3,4% em 2014, devido ao contributo das economias mais desenvolvidas, entre as quais a dos EUA (apesar da fraqueza do primeiro trimestre), onde a dinamização do mercado laboral se reflete positivamente no consumo privado. Depois de dois anos em recessão, a atividade da zona euro deverá voltar a crescer com base na recuperação da procura doméstica, possibilitada pela redução do grau restritivo das políticas orçamentais. As condições financeiras mais adversas e os efeitos das insuficiências estruturais deverão restringir o crescimento do PIB das economias emergentes a uma taxa inferior a 5%. Na China, a expansão prevista de 7,4% para este ano encontra-se de acordo com o objetivo do governo. O FMI identifica riscos descendentes para a atividade global, incluindo o agravamento das tensões geopolíticas e os efeitos potencialmente adversos dos baixos valores da inflação nas economias mais avançadas.

Nos mercados financeiros, os primeiros seis meses do ano ficaram marcados pela valorização expressiva dos principais índices acionistas norte-americanos e europeus. Esta evolução traduziu expectativas de expansão da atividade empresarial mais favoráveis, mas também beneficiou da acomodação das políticas monetárias dos principais bancos centrais. Este ambiente de liquidez abundante e de níveis baixos das taxas de juro revelou-se fundamental para a intensificação da queda das *yields* da dívida pública dos países do sul da Europa, entre os quais Portugal, permitindo a este último prescindir das linhas de financiamento do Mecanismo Europeu de Estabilidade após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira. A valorização dos ativos dos mercados emergentes foi mais modesta, mas ainda assim positiva no cômputo do semestre.

Em junho, o BCE reduziu as suas principais taxas diretoras e anunciou medidas adicionais de cedência de liquidez ao sistema bancário, desta feita condicionadas à concessão de crédito à economia. Estas iniciativas visam estimular o crédito e, por esta via, responder às pressões desinflationistas na UEM decorrentes, em grande parte, do contexto financeiro restritivo que ainda afeta os países do sul da Europa e que se materializa em níveis elevados das taxas de juro reais nestas economias. O posicionamento mais acomodatório do BCE, a par com a melhoria das condições económicas na “periferia” da área do euro tem vindo a mitigar a fragmentação do sistema bancário dos 18 países e, consequentemente, a promover a convergência das taxas de juro na UEM. Em contraste com os principais bancos centrais, que mantiveram o rumo das suas políticas monetárias muito expansionistas, a Reserva Federal tem reduzido mensalmente o seu programa de compra de ativos, com o intuito de normalizar a sua política monetária. O alargamento do diferencial entre as *yields* da dívida pública norte-americana e alemã refletiu esse diferente posicionamento entre os dois bancos centrais.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de crescimento homóloga do PIB português reduziu-se de 1,5% no quarto trimestre de 2013 para 1,3% no primeiro trimestre de 2014. Este abrandamento decorreu da deterioração do contributo das exportações líquidas, uma vez que a procura doméstica, tanto na vertente do consumo privado, como na da formação bruta de capital fixo, continuou a recuperar. Os principais indicadores de atividade relativos ao segundo trimestre sugerem um desempenho robusto das exportações dos serviços, do consumo de bens duradouros e de algumas componentes do investimento, desenvolvimentos que sugerem a manutenção da trajetória de recuperação da economia portuguesa, ainda que a um ritmo relativamente lento.

Para 2014, o FMI prevê uma aceleração da atividade na Polónia (3,1%) e um abrandamento na Roménia (2,2%), sendo que nos dois casos a procura doméstica deverá ganhar destaque sobre o das exportações como principal contributo para o crescimento. Não obstante o agravamento das tensões na Ucrânia, tanto o zlóti como o leu mantiveram-se estáveis, o que combinado com as perspetivas benignas para a inflação em ambos os países deverá permitir aos respetivos bancos centrais manter a política monetária expansionista.

Segundo o FMI, a economia moçambicana deverá continuar a crescer a um ritmo robusto de 8,3% em 2014, sustentado pelo investimento direto estrangeiro associado à exploração de recursos naturais e ao desenvolvimento de infraestruturas, num contexto em que a inflação se mantém controlada, em torno do objetivo do governo de 5,6% para 2014. Em Angola, o abrandamento da atividade petrolífera tem sido compensado pelo vigor do investimento público. Deste modo, o FMI espera uma pequena aceleração do PIB angolano de 4,1% em 2013 para 5,3% em 2014, num contexto de redução gradual da taxa de inflação para valores em torno dos 8%.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) no período em função da carteira de crédito.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do *goodwill* e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2013 e 2014 não foram objeto de auditoria.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL
Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	30 jun 14	30 jun 13	Var. 14/13	30 jun 14	30 jun 13	Var. 14/13	30 jun 14	30 jun 13	Var. 14/13
Demonstração de resultados									
Margem financeira	496,0	380,2	30,4%	207,7	141,4	46,9%	288,2	238,9	20,7%
Rendimento de instrumentos de capital	5,7	1,5	>200%	2,2	1,2	87,0%	3,5	0,3	>200%
Resultado de serviços e comissões	341,2	332,9	2,5%	217,0	216,7	0,1%	124,2	116,1	7,0%
Outros proveitos de exploração	47,4	(23,8)	-	51,0	(35,2)	-	(3,6)	11,4	-
Resultados em operações financeiras	175,2	53,1	>200%	131,7	(1,8)	-	43,5	55,0	-20,9%
Resultados por equivalência patrimonial	23,0	30,6	-25,0%	23,0	30,6	-25,0%	-	-	-
Produto bancário	1.088,4	774,5	40,5%	632,6	352,9	79,3%	455,9	421,7	8,1%
Custos com o pessoal	323,4	336,6	-3,9%	214,0	226,4	-5,5%	109,4	110,2	-0,7%
Outros gastos administrativos	221,5	226,1	-2,1%	120,7	129,9	-7,1%	100,8	96,2	4,7%
Amortizações do exercício	31,8	33,3	-4,5%	16,5	18,0	-8,5%	15,4	15,4	0,0%
Custos operacionais	576,7	596,1	-3,2%	351,1	374,3	-6,2%	225,6	221,7	1,7%
Resultados operacionais antes de provisões	511,7	178,5	186,7%	281,4	(21,5)	-	230,3	199,9	15,2%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	371,6	474,0	-21,6%	330,6	439,4	-24,8%	41,1	34,6	18,7%
Outras imparidades e provisões	114,0	234,4	-51,4%	114,5	231,2	-50,5%	(0,5)	3,1	-
Resultado antes de impostos	26,1	(529,9)	-	(163,6)	(692,1)	-	189,8	162,2	17,0%
Impostos	2,2	(129,8)	-	(36,8)	(160,8)	-	39,0	31,0	26,0%
Resultado após impostos de operações em continuação	24,0	(400,0)	-	(126,8)	(531,3)	-	150,7	131,2	14,9%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	(33,6)	(44,2)	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	52,6	44,0	19,6%	0,4	0,1	-	52,2	43,9	19,1%
Resultado líquido	(62,2)	(488,2)	-	(127,1)	(531,4)	-	98,5	87,4	12,8%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	80.440	83.944	-4,2%	60.927	65.725	-7,3%	19.513	18.218	7,1%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	63.976	63.881	0,1%	47.682	48.754	-2,2%	16.293	15.128	7,7%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.915	52.122	-0,4%	36.974	38.221	-3,3%	14.940	13.902	7,5%
Depósitos de clientes	48.463	47.533	2,0%	33.631	33.739	-0,3%	14.833	13.794	7,5%
Débitos para com clientes titulados	3.451	4.590	-24,8%	3.344	4.482	-25,4%	107	107	-0,0%
Recursos fora de balanço de clientes ⁽¹⁾	12.061	11.759	2,6%	10.708	10.533	1,7%	1.353	1.226	10,3%
Ativos sob gestão	3.463	3.085	12,3%	2.615	2.278	14,8%	848	807	5,1%
Produtos de capitalização	8.597	8.674	-0,9%	8.093	8.255	-2,0%	505	419	20,3%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	1.897	1.636	16,0%	1.553	1.285	20,9%	343	351	-2,2%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	58.261	60.920	-4,4%	45.195	48.932	-7,6%	13.066	11.988	9,0%
Particulares ⁽¹⁾	29.617	30.226	-2,0%	21.677	22.612	-4,1%	7.941	7.614	4,3%
Hipotecário	26.043	26.671	-2,4%	19.532	20.232	-3,5%	6.512	6.439	1,1%
Consumo	3.574	3.555	0,5%	2.145	2.380	-9,9%	1.429	1.175	21,6%
Empresas ⁽¹⁾	28.643	30.694	-6,7%	23.518	26.320	-10,6%	5.125	4.374	17,2%
Serviços	11.857	12.502	-5,2%	10.992	11.593	-5,2%	865	910	-4,9%
Comércio	3.443	3.253	5,8%	2.205	2.318	-4,9%	1.238	934	32,5%
Construção	4.050	5.027	-19,4%	3.397	4.330	-21,6%	653	696	-6,2%
Outros	9.293	9.912	-6,2%	6.925	8.079	-14,3%	2.368	1.833	29,2%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	452	481	-6,1%	-	-	-	452	481	-6,1%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total ⁽¹⁾	4.402	4.374	0,6%	4.100	4.081	0,5%	301	293	2,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	4.235	4.087	3,6%	3.949	3.813	3,6%	286	274	4,5%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total ⁽¹⁾	7,3%	6,7%		8,7%	7,8%		2,2%	2,3%	
Imparidade do crédito (balanço) ⁽¹⁾	3.096	3.491	-11,3%	2.659	3.065	-13,3%	437	426	2,7%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total ⁽¹⁾	5,3%	5,7%		5,9%	6,3%		3,3%	3,6%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	73,1%	85,4%		67,3%	80,4%		152,9%	155,6%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) ⁽¹⁾	128	156		146	180		63	58	
Crédito reestruturado / Crédito total ⁽²⁾	11,2%								
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	7,3%								

(1) Ajustado do efeito das operações classificadas na rubrica de operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 e 2013

	30 junho 2014	30 junho 2013
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.349.673	1.437.891
Juros e custos equiparados	(853.714)	(1.057.655)
Margem financeira	495.959	380.236
Rendimentos de instrumentos de capital	5.726	1.492
Resultado de serviços e comissões	341.183	332.853
Resultados em operações de negociação e de cobertura	54.643	(442)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	120.518	53.858
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	-	(278)
Outros proveitos de exploração	(25.955)	(24.329)
	992.074	743.390
Outros resultados de atividades não bancárias	9.220	10.431
Total de proveitos operacionais	1.001.294	753.821
Custos com o pessoal	323.391	336.600
Outros gastos administrativos	221.495	226.140
Amortizações do exercício	31.816	33.330
Total de custos operacionais	576.702	596.070
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	424.592	157.751
Imparidade do crédito	(371.630)	(473.968)
Imparidade de outros ativos financeiros	(39.129)	(13.347)
Imparidade de outros ativos	(30.296)	(67.650)
Outras provisões	(44.529)	(153.374)
Resultado operacional	(60.992)	(550.588)
Resultados por equivalência patrimonial	22.994	30.643
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	64.138	(9.916)
Resultado antes de impostos	26.140	(529.861)
Impostos		
Correntes	(62.504)	(35.915)
Diferidos	60.318	165.750
Resultado após impostos de operações em continuação	23.954	(400.026)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	(33.605)	(44.206)
Resultado após impostos	(9.651)	(444.232)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	(62.247)	(488.219)
Interesses que não controlam	52.596	43.987
Resultado do período	(9.651)	(444.232)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,01)	(0,05)
Diluído	(0,01)	(0,05)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2014 e de 2013 e 31 de dezembro de 2013

	30 junho 2014	31 dezembro 2013	30 junho 2013
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.927.947	2.939.663	1.735.451
Disponibilidades em outras instituições de crédito	720.556	1.054.030	1.359.274
Aplicações em instituições de crédito	1.012.571	1.240.628	1.444.654
Créditos a clientes	55.547.340	56.802.197	57.866.204
Ativos financeiros detidos para negociação	1.446.531	1.290.079	1.588.389
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.490.124	9.327.120	10.300.758
Ativos com acordo de recompra	76.748	58.268	123.942
Derivados de cobertura	80.318	104.503	113.460
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.744.023	3.110.330	3.221.629
Investimentos em associadas	443.223	578.890	530.941
Ativos não correntes detidos para venda	1.570.787	1.506.431	1.277.903
Propriedades de investimento	179.632	195.599	539.920
Outros ativos tangíveis	728.803	732.563	561.436
Goodwill e ativos intangíveis	249.373	250.915	251.215
Ativos por impostos correntes	39.056	41.051	28.146
Ativos por impostos diferidos	2.194.305	2.181.405	1.856.943
Outros ativos	989.101	593.361	1.143.311
	<u>80.440.438</u>	<u>82.007.033</u>	<u>83.943.576</u>
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	13.080.280	13.492.536	14.570.792
Depósitos de clientes	48.806.841	48.959.752	47.883.794
Títulos de dívida emitidos	8.314.944	9.411.227	10.626.271
Passivos financeiros detidos para negociação	921.285	869.530	1.089.537
Derivados de cobertura	243.834	243.373	335.579
Provisões	415.881	365.960	399.193
Passivos subordinados	3.928.769	4.361.338	4.459.149
Passivos por impostos correntes	7.932	24.684	4.613
Passivos por impostos diferidos	7.257	6.301	2.994
Outros passivos	1.342.804	996.524	1.155.128
	<u>77.069.827</u>	<u>78.731.225</u>	<u>80.527.050</u>
Capitais Próprios			
Capital	1.465.000	3.500.000	3.500.000
Títulos próprios	(32.755)	(22.745)	(16.508)
Ações preferenciais	171.175	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	9.853
Reservas de justo valor	187.521	22.311	(34.341)
Reservas e resultados acumulados	921.526	(356.937)	(356.853)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	(62.247)	(740.450)	(488.219)
	<u>2.660.073</u>	<u>2.583.207</u>	<u>2.785.107</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	2.660.073	2.583.207	2.785.107
Interesses que não controlam	710.538	692.601	631.419
	<u>3.370.611</u>	<u>3.275.808</u>	<u>3.416.526</u>
Total de Capitais Próprios	<u>80.440.438</u>	<u>82.007.033</u>	<u>83.943.576</u>